

12º DIA DO JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DAS "DÍVIDAS OCULTAS"

Antigo conselheiro político de Guebuza diz que recebeu bens no valor de 1.600.000 dólares após falar das suas dificuldades a Jean Boustani

- Na descrição do seu ouvido ontem pelo tribunal, o libanês Jean Boustani só pode ser um homem generoso. Mesmo sem conhecimento de eventuais acções filantrópicas de Boustani, o reu Renato Matusse falou das suas dificuldades financeiras e o seu amigo disponibilizou-se a ajudar. O conselheiro político do Presidente da República Armando Guebuza identificou duas casas (uma flat e uma vivenda) na Avenida Juluis Nyerere e duas viaturas novas, mandou as contas bancárias dos respectivos vendedores para o amigo Boustani e este fez os pagamentos no valor total de 1.660.000 dólares.



Renato Matusse

- Mesmo ciente de que comprou casas e carros com dinheiro doado pelo amigo Boustani, mesmo ciente de que a doação não provinha do erário público moçambicano, o reu Renato Matusse disse que quando a imprensa começou a falar das pessoas envolvidas no processo das “dívidas ocultas” foi à PGR para explicar-se e discutir uma solução para ressarcir ao Estado caso se chegasse à conclusão de que houve algum dano.
- Apesar de ter sido copiado em emails relacionados ao projecto da ProIndicus enviados por Boustani a várias pessoas, Renato Matusse nega qualquer envolvimento no projecto de protecção da zona económica exclusiva e diz que não tinha competência para influenciar a sua aprovação pelo Chefe de Estado. Admitiu que não deixou claro para Boustani que não tinha poder para influenciar o Presidente da República na aprovação do projecto, pois não estava interessado em quebrar a relação que tinha com amigo libanês.

Renato Matusse, 63 anos, à data dos factos conselheiro para assuntos políticos do Presidente da República Armando Guebuza, foi o oitavo reu a ser interrogado pelo tribunal que julga o processo das “dívidas ocultas”, o maior escândalo financeiro na história de Moçambique. O Ministério Público acusa o reu de ter recebido dinheiro no valor de dois milhões de dólares do Privinvest por ter facilitado a flexibilização dos interesses daquele grupo empresarial em Moçambique. Está a responder por prática de três (3) crimes, nomeadamente crime de peculato, crime de tráfico de influências e crime de branqueamento de capitais.

Na audição desta sexta-feira, Renato Matusse negou ter recebido dinheiro do grupo Privinvest e de ter actuado como facilitador dos seus interesses em Moçambique. Confirmou ter recebido de Jean Boustani bens móveis e imóveis (casas e carros) no valor de 1.660.000 dólares. E negou tratar-se de suborno. “Na conversa que tivemos acabei falando das minhas dificuldades e necessidades e ele acabou dando o apoio. Não vou desenvolver porque é um assunto íntimo, mas a verdade é que tinha dificuldades e ele acorreu a essas dificuldades”, explicou. Mas quando questionado se tinha conhecimento de algumas acções filantrópicas de Jean Boustani que justificasse o seu pedido de ajuda, o reu respondeu negativamente.

O conselheiro político do antigo Presidente da República disse que, a seu pedido, Jean Boustani transferiu o dinheiro directamente para as contas dos vendedores dos bens móveis e imóveis. “Combinamos que eu iria indicar as contas bancárias das pessoas a quem ia comprar os bens móveis e imóveis. Era uma questão de conveniência da minha parte que o dinheiro fosse transferido directamente para as contas dos vendedores dos bens”. Assim, foram transferidos 450 mil dólares para a conta de Neusa de Matos referentes à compra

de uma flat localizada na Avenida Julius Nyerere, nº 794, 5º andar direito; 1.100.000 dólares para a conta da Isidora Faztudo referentes à compra de uma vivenda localizada no Condomínio da Coca-Cola, na Avenida Julius Nyerere, nº 4182, casa nº 1; 65 mil dólares à empresa Toyota de Moçambique referentes à compra de uma viatura de marca Toyota Hilux, modelo KUN-26R-PR-3.0D; e 53 mil dólares a favor da empresa Somotor referentes à compra de uma viatura Hyundai, modelo IX355L.

Questionado se teria informado aos vendedores dos bens da proveniência do dinheiro, o reu respondeu negativamente. O Ministério Público confrontou-o com as declarações prestadas por uma vendedeira, nomeadamente Neusa de Matos, segundo as quais Renato Matusse teria dito a ela que o dinheiro da compra da flat era proveniente da venda dos seus direitos autorais de livros publicados em Londres. O reu negou ter dado essa informação e disse que nem havia necessidade de falar da

“Na conversa que tivemos acabei falando das minhas dificuldades e necessidades e ele acabou dando o apoio. Não vou desenvolver porque é um assunto íntimo, mas a verdade é que tinha dificuldades e ele acorreu a essas dificuldades”

proveniência dos fundos porque não era o assunto. Questionado de quem foi a iniciativa de transferir o dinheiro da compra da flat para a conta da Neusa de Matos domiciliada no estrangeiro (Portugal), Renato Matusse respondeu que foi a vendedeira.

O Ministério Público confrontou o reu com dados bancários que mostram que a Privinvest transferiu mais 150 mil dólares para Neusa de Matos, além dos 450 mil dólares referentes ao pagamento da flat. O reu explicou que Jean Boustani cometeu um erro contabilístico ao transferir um valor a mais. “Quando ela se apercebeu disso, transferiu os 150 mil dólares para mim e eu mandei para Isidora Faztudo para completar o pagamento da vivenda”. O Ministério Público perguntou porquê razão o valor não foi devolvido à procedência, ao que o reu respondeu que achou melhor que o dinheiro fosse transferido para a sua conta, uma vez que já estava em Moçambique.

No contrato promessa foi declarado o valor de 150 mil dólares como o preço da flat e não os 450 mil dólares. Renato Matusse disse que não se lembrava do contexto em que isso teria acontecido. Mais tarde, o reu vendeu a flat ao preço de nove (9) milhões de meticais à empresa Okanga Representações, Lda, representada por Fanuel Samuel Paunde. Questionado sobre os motivos da venda, respondeu nos seguintes termos: “Eu vendi a minha casa porque naquela zona os preços estavam a baixar devido ao surgimento de novos prédios que tinham flats mais modernas, funcionais e a preços muito competitivos”. O reu disse que o valor de nove milhões de meticais foi-lhe pago em numerário e que mais tarde entregou à PGR o extracto bancário que reflecte o valor. O Ministério Público estranhou o facto, tendo em conta que Fanuel Paunde é a mesma pessoa que tratou de todo o expediente de compra das viaturas de Renato Matusse. Questionado sobre o tipo de relação que tem com Fanuel Paunde, o reu disse tratar-se de um amigo.

Renato Matusse disse que amizade com Jean Boustani ajudou Moçambique a penetrar no Médio Oriente

Renato Matusse contou que conheceu Jean Boustani entre finais de Fevereiro e início de Março de 2013, durante a audiência que aquele teve na Presidência da República. Questionado sobre o conteúdo da audiência, disse que “foi um encontro de cortesia, sem conteúdo”. E acrescentou que era normal na Presidência da República aparecerem moçambicanos e estrangeiros para uma sessão de cortesia. “No fim da audiência, eu conversei com Boustani porque era uma pessoa que mostrava grande habilidade de penetração no Médio Oriente e tinha experiência de trabalho de recolha de informações. Eu via nele mais um activo que pudesse nos ajudar a penetrar nos países do Médio Oriente. Não falamos da sua empresa e Privinvest é um nome que não me é familiar”.

Questionado por intermédio de quem Boustani teve o encontro com o Presidente da República, disse que não sabia. “Eu só era convidado para as audiências e às vezes ia sem saber quem era a pessoa que seria recebida”. À pergunta do Ministério Público se tinha relações de confiança com Jean Boustani, o reu preferiu usar a expressão “relações de amizade”, uma amizade que nasceu do seu interesse enquanto conselheiro político do Presidente da República de conseguir maior penetração de Moçambique no Médio Oriente. “Quando se apresentou e começamos a falar do interesse que nós tínhamos de maior penetração no Médio Oriente, ele pareceu-me uma pessoa que podia ser útil. Esse tipo de pessoas não é para largar. Ele é uma pessoa muito a vontade, muito aberta”.

Renato Matusse disse que o Presidente não tinha conhecimento da sua relação de amizade com Boustani. “O que o Presidente queria eram os resultados e não os processos”. Como resultado da sua relação com Boustani e com outros actores não estatais, o reu disse que influenciou a penetração de Moçambique no Médio Oriente. E citou, como exemplos, a celebração de contratos com três companhias aéreas, nomeadamente com a Emirates Airlines, Etihad Airways e Ras Al Khaimah; a abertura da Embaixada de Moçambique em Abu Dhabi (antes só havia um consulado em Dubai); a abertura da Embaixada de Moçambique em Riad (Arábia Saudita); a criação da Câmara de Comércio do Dubai em Moçambique (a terceira em África) e a passagem de Moçambique de participante para membro votante da Organização Internacional de Exposições.

O reu foi questionado em relação à pro-



Renato Matusse

posta de Boustani de financiar um livro sobre o legado do Presidente da República. E deu a seguinte resposta: “Eles vieram com o propósito de fazer relações públicas de Moçambique na França, para onde o Presidente se preparava para efectuar uma visita oficial. O segundo propósito era produzir um livro sobre o legado do Presidente. Para esse livro foram apresentados

dois quadros seniores e reformados da imprensa francesa: um tinha sido Presidente do clube PSG e outro tinha sido Chefe da Redacção de um canal francês de televisão. A produção do livro teve a aprovação do Presidente e seria financiado por Jean Boustani. A parte de recursos não era conosco, nós só queríamos o produto. Não havia ainda orçamento definido”.

“Não tinha nenhum poder nem competência de influenciar o Chefe de Estado em relação a esse projecto”



Renato Matusse com o seu advogado Prof Doutor Teodoro Waty

Perguntado se conhecia Iskandar Safa, disse que o conheceu em Março de 2013 durante uma visita oficial aos Emirados Árabes Unidos e mais tarde na visita à França. “Eram visitas oficiais de estreitamento dos laços de amizade e cooperação”. À pergunta se chegou a estabelecer algum contacto com Andrew Pearse, gestor sénior do banco Credit Suisse, respondeu que nunca e nem o conhece. “Só vi esse nome num email em que eu estava copiado”. E o Ministério Público colocou outra questão: “Esteve ou não envolvido nas discussões sobre o aumento de 200 milhões para a ProIndicus que acabaram sendo 250 milhões de dólares”. A resposta do reu foi não. “Lembro-me que fui copiado num email sobre essa discussão porque Jean Boustani creio que tinha a impressão de que eu era a caixa postal do Presidente da República”.

Renato Matusse negou envolvimento no projecto de protecção da zona económica exclusiva. “Eu não tinha nenhum poder nem competência de influenciar o Chefe de Estado em relação a esse projecto”. E

a pergunta da representante do Ministério Público foi: “Chegou a deixar claro ao Jean Boustani e aos demais que não tinha influência nenhuma?” A resposta foi não. E justificou: “Não me interessava quebrar a relação que tinha com Boustani porque era uma relação útil”. O reu explicou ainda que não podia produzir parecer sobre o projecto da ProIndicus porque se tratava de um projecto técnico. “Eu não tinha conhecimentos técnicos nem competências para emitir um parecer sobre o projecto ou influenciar a sua aprovação. Eu preparava pareceres sobre assuntos da minha alçada, assuntos da minha competência. Não tinha como preparar pareceres sobre assuntos de defesa e segurança, porque não eram assuntos da minha alçada”.

A representante do Ministério Público, Ana Sheila Marrengula, perguntou ao reu se nas suas conversas com Boustani não falava do projecto de protecção da zona económica exclusiva? “Jean Boustani falava do interesse que os países do Médio Oriente tinham em ver Moçambique seguro porque

receavam a expansão do terrorismo. Falava com Boustani sobre questões genéricas e nunca abordamos o projecto de protecção da zona económica exclusiva”.

Nas suas declarações iniciais, Renato Matusse contou que se dirigiu voluntariamente à PGR para apresentar a lista dos bens comprados com o dinheiro doado por Jean Boustani. O advogado Alexandre Chivale questionou qual era a motivação: “Fui à PGR porque comecei a ver este assunto a ser badalado na imprensa e achei que devia ir para lá explicar-me e buscar uma solução para ressarcir ao Estado caso se chegasse à conclusão de que houve algum dano”. Chivale perguntou ao reu se o seu nome também era citado na imprensa, ao que respondeu que não. “Mas sabia que tinha tido um relacionamento com a pessoa de quem se falava na imprensa naquela altura”. O reu disse que não recebeu fundos públicos, mas abriu a possibilidade de ressarcir o Estado caso a discussão na PGR chegasse à conclusão de que houve violação da Lei.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

